

Textos e lenços: representações de federalismo na república rio-grandense (1836-1845)

Texts and Neckerchiefs: Federalism Representations in the Rio-Grandense Republic (1836-1845)

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Professor Adjunto do Departamento de História e do PPG em História da UFRGS.

Resumo

A Guerra dos Farrapos foi a mais longa rebelião do período regencial, e durante quase dez anos os rebeldes do Rio Grande do Sul buscaram legitimar seu movimento contra o Império do Brasil. Neste sentido, as idéias liberais, republicanas e federalistas que haviam se difundido a partir da Revolução de Maio no Rio da Prata, ganharam corpo entre algumas lideranças da República Rio-Grandense. Cientes de que a imprensa poderia se constituir num veículo eficiente de propaganda, foram sucessivamente editados os periódicos oficiais do governo insurreto. Além dos textos, havia também a influência dos símbolos que se difundiram nos países platinos, especialmente a cor vermelha. Incorporada na bandeira dos republicanos rio-grandenses, compondo com o verde-amarelo herdado do pendão imperial, o símbolo tricolor foi tornado obrigatório. Para a plebe que compunha as tropas, era mais fácil o uso de lenços vermelhos ao pescoço, uso que atravessaria o século XIX.

Abstract

The Farrapos War was the longest rebellion of the regency period, and for almost ten years the rebels of Rio Grande do Sul sought to legitimate their movement against the Brazilian Empire. In this sense, the liberal, republican and federalist ideas, which have spread out from the May Revolution in the Prata River, gained support between some of the leaders of the Rio-Grandense Republic. Aware that the press could be used as an efficient mean of propaganda, the insurrect government successively edited its official periodicals. Besides these texts, there was also the influence of the symbols diffused in the countries of the Prata, specially the color red. Incorporated into the flag of the Rio-Grandense Republic, along with the green and yellow colors from the imperial banner, the tricolor symbol was made compulsory, following the model created by Rosas in the Argentine Confederation. The use of red neckerchiefs by the mob-filled troops was easier and this habit went straight into the nineteenth century.

Palavras-chave

Rio Grande do Sul, guerra, Império do Brasil, identidade regional, imprensa, representações políticas.

Keywords

Rio Grande do Sul, war, Brazilian Empire, regional identity, press, political representations.

Introdução

A palavra "federalismo" apresentou muitos significados no conturbado processo de construção dos Estados nacionais na América Latina. De maneira geral, representou a justificativa político-ideológica preferencial para aquelas elites periféricas que resistiam contra a formação de Estados centralizados, controlados pelos grupos exportadores. A República Rio-Grandense não fugiu a esta retórica, e há diversas manifestações das principais lideranças farroupilhas defendendo princípios federalistas que garantissem a autonomia provincial. Por outro lado, a imprensa era vista como uma importante estratégia de difusão das idéias dos rebeldes, e com esta finalidade foram publicados sucessivamente os jornais "O Povo", "O Americano" e "Estrela do Sul". Nestes jornais – dirigidos por Domingos José de Almeida, um dos raros "letrados" entre os líderes farroupilhas – apareciam muitos artigos que filiavam a República Rio-Grandense a um destino político maior do subcontinente, herdeiro das consignas do Movimento de Maio. Desta forma, a república e o federalismo, consignas importantes para os vizinhos do Prata, tornavam-se também um desiderato dos rebeldes do Rio Grande, e se apresentavam como um avanço em relação à monarquia centralizada do Império brasileiro.

República e Federalismo: Influências da Revolução de Maio de 1810

São ainda muito discutíveis as repercussões do Movimento de Maio no Rio Grande de São Pedro. Havia por parte dos líderes da Primeira Junta esperanças de que a revolução *porteña* ultrapassasse os limites do Vice-Reinado do Rio da Prata, e eventualmente comprometesse os grupos dominantes da extremadura brasileira, como manifestou claramente Mariano Moreno em seu "*Plan Revolucionario de Operaciones*"¹. Parece mais provável, no entanto, que os efeitos de Maio tenham sido indiretos. Na esteira das dificuldades apresentadas no processo de organização política das regiões platinas, acéfalas da autoridade real de Espanha, apareciam os projetos expansionistas, carlotistas e bragantinos, que resultaram na primeira intervenção na Banda Oriental em 1811, permitindo aos rio-grandenses vislumbrar uma desejada ampliação da fronteira.

Esta primeira invasão foi um momento de projeção para o futuro chefe farroupilha Bento Gonçalves. Bento havia imigrado pouco tempo antes para a povoação oriental de Cerro Largo, onde se tornou proprietário, casou-se com uma uruguaia e atingiu o posto de *alcalde*. Exercia ainda tais funções quando iniciou movimento de Artigas, ao qual teria aderido o jovem emigrado; mais tarde, talvez em razão do sucesso das armas luso-brasileiras, abandonaria os artiguistas, iniciando sua trajetória como chefe de milícias rio-grandenses. Esta era a versão do diplomata do Império, Rodrigo de Souza Pontes, um adversário acérrimo dos farroupilhas², incorporada pelo primeiro historiador da Guerra dos Farrapos, Alfredo Varela., sem muitas reservas³

De qualquer maneira, independentemente de uma influência direta dos republicanos mais radicais ligados ao Movimento de Maio, a presença de Bento Gonçalves e de outros tantos chefes da fronteira em território oriental permitiu-lhes o convívio com as propostas federalistas que circulavam amplamente pelo Prata. Eram, no entanto, vagas estas noções de federalismo. Mesmo que houvesse uma inspiração no modelo de Estado nacional que se implantara na América do Norte, faltava no caso platino o caráter orgânico que a reunião das várias unidades configurara na formação dos Estados Unidos.

As províncias do antigo Vice-Reinado resultaram dos anseios por autonomia dos respectivos grupos dominantes levados ao extremo. À recusa de submissão a um poder centralizado, que tentavam organizar os próceres da Revolução de Maio em Buenos Aires, somar-se-iam as insubordinações a tentativas de mando nas diferentes *Intendencias*, fracionando-as naquelas

1

Mariano Moreno. *Plan Revolucionario de Operaciones*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1975, p.73.

2

Publicações do Arquivo Nacional XXXI. *Memória Histórica de Rodrigo de Souza Pontes*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1935, pp.177-236.

3

Alfredo Varela. *Revoluções Cisplatinas. A República Riograndense*. Porto: Livraria Chardron, 1915 (2 vols.), p.994.

unidades políticas que representavam o alcance máximo de poder dos proprietários rurais, como afirma Ana Frega:

*"En resumen, en diversas zonas del Virreinato la revolución desató localismos y antiguas disputas coloniales. El artiguismo, al plantear como 'dogma de la revolución' el respecto a la soberanía de los pueblos, recogió un clamor surgido de las diversas áreas rurales, no tanto contra las autoridades españolas en general, sino especialmente contra aquellas instituciones y grupos sociales que pretendían centralizar el poder provincial."*⁴

4

Ana Frega. Apuntes para el Estudio del Federalismo en la Revolución Rioplatense (1810-1820). Seminario Internacional Pensar a Revolução Federalista. Rio Grande: Fundação Universidade de Rio Grande, 1993 (mimeo), p.6.

Desta forma, e alcançadas as pretendidas autonomias, eram praticamente impossíveis articulações que comprometessem estes objetivos políticos. Abrir mão de prerrogativas locais – como pedágios ao trânsito de mercadorias e outros impostos às produções concorrentes – seria o mesmo que ceifar as fontes que garantiam a sobrevivência mínima das províncias recém-formadas, o que limita muito a concepção dita "federalista" no âmbito do Rio da Prata. O nível mais elevado que atingiram os acordos políticos inter-provinciais foi o das *Ligas*, que eram formadas quando algumas unidades temiam intervenções centralizadoras por parte de outras, quase sempre aqui presentes os interesses de Buenos Aires. Como observou Chiaramonte,

*"(...) gran parte de lo que tradicionalmente solemos considerar como tendencias federales consistía, en realidad, en políticas de unión confederal, cuando no de simple ligas o alianzas. Políticas con las cuales las llamadas provincias actuaban en calidad de Estados independientes y soberanos. Y es, insistamos, el pertinaz equívoco que entraña el llamar federales a los caudillos (...)"*⁵

5

José Carlos Criaramonte. *El Mito de los Orígenes en la Historiografía Latinoamericana*. Buenos Aires: Cuadernos del Instituto Ravignani, 1991, p.26.

Os senhores da fronteira do Rio Grande, historicamente afirmados enquanto poder local pelas extremas dificuldades das autoridades centrais em submetê-los aos seus projetos, tiveram a oportunidade não apenas de acompanhar as lutas provinciais, como também, no caso de uma delas, constituir-se como Estado nacional reconhecido. E aquela noção de união *confederal* passaria a compor o leque de reivindicações dos chefes rio-grandenses. Neste sentido, é interessante o significado que os republicanos mais tarde propalariam, associando a autoridade central do Império a um momento de regressão – verdadeira traição à independência americana – e ao domínio português, sendo a Corte do Rio de Janeiro uma nova versão de Lisboa.

A Imprensa Republicana

A República Rio-Grandense, mesmo nos limites de uma "economia de guerra", desde o início deu prioridade à compra de artigos tipográficos, superestimando a propaganda da sua causa pela imprensa. O ministro Domingos José de Almeida, referindo-se ao tema, escrevia que *"esta arma nos faz muita falta"*⁶. São escassos, no entanto, os trabalhos sobre os órgãos de imprensa dos farroupilhas, apesar de existirem reedições de todos os jornais oficiais da República Rio-Grandense⁷. Mais recentemente, dois textos trataram o tema: "Imprensa Farroupilha", de Francisco Riopardense de Macedo⁸, um livro de caráter genérico sobre os periódicos republicanos, e o artigo "Luiz Rossetti: o Editor sem Rosto", de Carlos Reverbel⁹, sobre o papel singular desempenhado por este italiano carbonário que veio somar-se aos rebeldes, junto com seu conterrâneo Giuseppe Garibaldi.

O mais importante jornal da República foi "O Povo", que contou com 160 edições – duas por semana – de 1º de setembro de 1838 a 22 de maio de 1840, em Piratini, e depois em Caçapava. Em Alegrete, foram publicados os 36 números de "O Americano", seguidos dos três exemplares do "Estrella do Sul", cobrindo o período de 24 de setembro de 1842 a 15 de março de 1843. Estes periódicos eram oficiais, o que não impedia uma variedade enorme de assuntos – humorismo, poesia, ditados e máximas populares –, que incluíam

6

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol. 2, CV-422, p.328.

7

Museu e Archivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835-1845*. Vol. 1. O Povo (Edição fac-símile da coleção completa). Vol 2. O Mensageiro. O Americano. Estrella do Sul. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

8

Francisco Riopardense de Macedo. *Imprensa Farrroupilha*. Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 1994.

9

Carlos Reverbel e Elmar Bones. *Luiz Rossetti: o Editor sem Rosto Et Outros Aspectos da Imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1996, pp.73-128.

as notícias sobre a sedição, propaladas pela imprensa legalista da província e de fora dela¹⁰. As matérias doutrinárias quase nunca eram assinadas. No caso de "O Povo", a maioria delas era de cunho de Rossetti.

Já nos jornais editados em Alegrete – ausente a pena do italiano –, as matérias de cunho político, que tratavam de representação parlamentar, direitos individuais e públicos, matérias constitucionais e organização do Estado, normalmente reproduziam artigos de pensadores universalmente famosos (Benjamin Constant, Ramón Salas e outros), trazendo a público idéias de Maquiavel, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Hobbes, Hume, Jefferson etc. Domingos José de Almeida insistia ainda no caráter "americano" do projeto republicano rio-grandense, utilizando-se de outros autores na falta da verve do carbonário Luigi Rossetti.

Federalismo: "O Povo" e a Revolução Americana

Uma preocupação freqüente nas matérias políticas de "O Povo" era apresentar o Império do Brasil como traidor do ideário da independência. Num artigo em que se historia as iniquidades de Pedro I, aparece por primeira vez a referência à forma federativa de organização política:

"Sim! hum príncipe sem educação que principiou a figurar na Scena Política taó burlescamente pelo gracejo á Turca com os Elleitores reunidos na Praça do Commercio, que dissolveo a Constituinte, e decretou Commis-sões Militares para o julgamento dos Comprometidos na Confederação do Equador, que escaparaó a baioneta, e ás balas do vencedor, que comprometeo a dignidade da Nação, e a empenhou com ruinoxos empréstimos para sustentar guerras caprioxozas, que de propozito as fomentou, afim de locupletar-se, e por naó lhe soar bem aos ouvidos a palavra Federaçao, pela qual permanecia a Cisplatina na communhaó Brasileira (...)"¹¹

11
Museu e Archivo..., op. cit., vol. 1, p.91 (O Povo n.º23).

A Guerra da Cisplatina teria sido evitada se tivesse havido respeito aos anseios federalistas dos orientais. Para Rossetti, os destinos da República Rio-Grandense estavam, pois, antes unidos àqueles mais amplos da América, que recém se libertava do jugo colonial, que a um Império que persistia nos vícios do Antigo Regime. Numa carta ao compatriota Giovanni Battista Cuneo, que vivia em Montevideo, dava conta de

"(...) um comunicado no qual venho arrazoando sobre a América em geral e sobre o erro criminoso cometido pelos brasileiros que seguem a fórmula imperial, como sobre a necessidade em que estão todas as províncias a coligarem-se para fazê-la desaparecer e colocar-se, assim, em harmonia com a República de 1810. Não renunciarei mais a um princípio sobre o qual tenho pensado longamente. É necessário, isso sim, segundo eu, que a América separe a sua política da política européia. É necessário que os povos americanos se unam e daqui, então, poderia emergir a aliança geral dos povos."¹²

12
Luigi Rossetti. "Apêndice. As Cartas de Rossetti". In: Reverbel e Bones, op. cit., p.135.

Com efeito, em 16 de janeiro de 1839, o redator escrevia sobre a necessidade de *"compadecer-nos das miserias dos outros Povos. Seus males são os nossos males. Devemos unir-nos a eles para cortar-os. Washington e Franklin proclamando a Independência Americana cometerão-nos esta obrigação"*. Ainda no mesmo texto, Rossetti defende como inseparáveis as trajetórias do Brasil e dos demais países sul-americanos da trajetória que resultou na construção dos Estados Unidos:

"Na história da Humanidade não há interrupção, tudo nella se une como os elos de huma cadeia; e se a America Hespanhola em 1810, e o Brasil em 1823 proclamavaó sua independência, são devedores de tanta audacia á revolução Norte-Americana de quarenta annos adiante.

(...) do sangue que regava as margens do Ipiranga não devia surgir hum Imperio. E Pedro de Bragança não devia enganar os patriotas Brasileiros (...)

13

Museu e Archivo do Rio Grande do Sul, op. cit., vol. 1, p. 91 (O Povo n.º 23).

o grande facto da Independencia não se podia atalhar, mas entorpecemos a marcha da revolução; envenenamos a existencia das republicas de 1810, erguendo no meio dellas hum Imperio."¹³

Este artigo teve continuidade no número seguinte do jornal, e nele Rossetti reitera a acusação de que o Império do Brasil rompeu os compromissos americanos, sendo a corte do Rio de Janeiro o lugar onde "espalhavaó se ideas subversivas, contrarias ao genio da America". Continua o redator com veemência, repetindo mesmo a última frase:

"(...) ahi preconizava se abertamente e com hum descaramento pouco commum á Monarquia e ao Absolutismo. D' ahi partiaó hum atraz do outro os emissarios da Santa Aliança. Desgraçados! nós mesmos fizemos de maneira que naó tomasse incremento na terra de Santa Cruz! O grande facto da Independencia naó se podia atalhar, mas entorpecemos a marcha da revolução; envenenámos a existencia das republicas de 1810, erguendo no meio dellas hum Imperio."¹⁴

14

Idem, p.165 (O Povo n.º 41).

Esta associação da República Rio-Grandense com os vizinhos platinos em prol da bandeira levantada em Maio, implicava, no entanto, compartilhar também das turbulências que viviam estas repúblicas, assoladas por guerras e disputas internas. Na edição de "O Povo" de 8 de dezembro de 1838, numa matéria intitulada "Aristocracia na America", o redator afirmava que, apesar do estado de "anarquia" que pairava sobre o continente, a revolução de independência não perdera sua legitimidade, mesmo que conspurcada por políticos não merecedores de sua herança:

"Confessamos que a obra de Maio he para nós outros o unico acontecimento Americano que athe hoje satisfaz nossos desejos: a individualidade de todo um mundo promovida, e conquistada por seus filhos hé huma obra gigantesca na história da humanidade. (...)

Assim a America influida com suas victorias, alucinada com seus nomes, inocentemente desviada do verdadeiro caminho, que depois da luta deveria adoptar, enfeitou-se com o uniforme da guerra, mostrou sua robusta destra armada fortemente, e naó se lembrou que a espada naó era o arado, a gloria militar a sociabilidade proclamada, e que derrubados os Vice Reis, ficavaó os caudilhos, os ambiciosos, os gauchos, homens todos que tinhaó pelejado por prazer, e em que o sentimento de liberdade, e independencia naó era o movel soberano e escluzivo."¹⁵

15

Idem, p.115 (O Povo n.º 29).

Assim, a República representava o espírito americano ainda vivo em território brasileiro: "O Anjo tutellar da America continúa proteger-nos, e naó mui distante veremos todo o sólo de Cabral expurgado de tyranos", proclamava a frase inicial do 4º Boletim de Caçapava¹⁶. O Rio Grande era portador dos ideais de liberdade, que buscava ampliar às demais províncias, que apareciam irmanadas numa luta contra o centralismo do Império:

"(...) Com respeito particularmente á Questaó Rio-Grandense, deverão notar tão bem que acháo esgotados os recursos do Imperio, e as Provincias da União profundamente magoadas com os repetidos golpes que o Governo do Centro tem dado as liberdades da Nação Brasileira (...)"¹⁷

16

Idem, p.277 (O Povo n.º 65).

17

Idem, p.316 (O Povo n.º 74).

A idéia mais explícita de uma organização federativa não ultrapassava esta noção, de resto não distante daquela que tinha guarida nos países platinos: um governo central adverso às verdadeiras e legítimas unidades políticas, as províncias. Província em armas contra o centro, o Rio Grande se revestia do papel de representante das demais unidades subjugadas.

A legitimação deste papel era buscada também no exterior, justamente numa época em que a República buscava o apoio do "campeão" federalista, o governador de Buenos Aires e representante da Confederação Argentina nos

negócios externos, Juan Manuel de Rosas. Assim, em 7 de agosto de 1839, "O Povo" reproduzia nota da "Gazeta Mercantil" de Buenos Aires publicada em 19 de junho do mesmo ano:

"(...) O Rio Grande he, e sera de hoje em diante, huma Nação independente e soberana, como o Estado Oriental o he, como o são a Republica Argentina, Chile, Bolivia, e todas as sociedades da America Meridional. A mesma causa, as mesmas armas, os mesmos inimigos se encontraó nesta luta parcial, que como hum écho do grande movimento de 1810 ha vindo repetir se em nossos dias.

O espirito revolucionario e emancipador rodava a muito sobre os circulos de dominio do imperio; as vicisitudes civis da Republica Argentina, os primeiros trabalhos organicos das sociedades Americanas contribuíraó tal vez a quê o imperio do Brasil, naó tivesse que empregar desde logo com suas Provincias, as mesmas armas que a Espanha empregara com suas Colonias. Porem veio a emancipação do Estado Oriental, quebrou-se neste ponto a cadeia do imperio, e esta infracção deve produzir mil outras mais, cuja iniciativa há sido dada já pelos Rio-Grandenses. (...)

O Rio Grande não há feito mais que anunciar primeiro o sentimento que he commum a todas as Provincias do Brazil; nem podia ser de outro modo, porque nenhuma dellas tinha por aliado natural hum Estado independente (...)"¹⁸

18

Idem, p.377 (O Povo n.º 90).

Os farroupilhas retomavam o projeto de Maio, eram o exemplo para as outras províncias, decerto também insatisfeitas, e a garantia vinha do poderoso governador de Palermo. O entusiasmo dos republicanos aumentaria muito com a tomada de Laguna e a proclamação da República Juliana, permitindo-se Domingos José de Almeida elogiar Davi Canabarro como "*distinta vergontia dos Washingtons no Sul*". No mesmo exemplar de "O Povo", foi de Antônio de Souza Netto uma proclamação em que reitera a comunhão de interesses da República – agora ampliada com a conquista de Santa Catarina – com aqueles dos vizinhos do Prata:

"(...) sim todo o Continente de S. Catharina já forma parte integrante da republica Rio Grandense: aquella Povo brioizo reassumindo seus direitos soberanos se á ligado pelo estreito laço Federal aos Rio-Grandenses, e mui prompto o Pendaó da Liberdade brilhará gloriozo nas amêas da Cidade do Desterro. (...) As Republicas visinhas votaó nobres simpathias a Independencia do Continente pela identidade de seus principios. Que resta, pois, ao Brasil? Como salvar-se? Hum so meio se antolha: o reconhecimento da Independencia Rio Grandense; ou melhor, a Federaçáo das Provincias, unica maneira de manter hum centro de razaó no malfadado imperio de S. Cruz: prescindir destes principios, he promover completa ruina a esta bella porção da America. (...)"¹⁹

19

Idem, p.395 (O Povo n.º 94).

Na edição de "O Povo" de 30 de novembro de 1839, o próprio Domingos José de Almeida fazia um artigo sobre "A Crônica Dramática da Revolução de Maio", em que uma vez mais salientava a filiação da República Rio-Grandense aos sucessos de 1810:

"Ainda que se queira desconhecer, a insurreição do Rio Grande naó he mais que o desenvolvimento mais recente do movimento de Maio, hum resultado necessario do movimento de 1810, hum passo mais da revolução Americana, a ultima conquista do principio regenerador do novo mundo, a consequencia mais moderna dos trabalhos começados por Moreno, e ultimados por Bolivar. Tem seus principios em Ituzaingó, Ayacucho, e Maipú. Seria mister iliminar os 30 annos de revolução que haó precedido, para consideral-a hum resultado sem cauza, e reputar sua extinção huma operação possivel!

He de necessidade conceder-lhe esta filiação. Ultimo anel de huma cadeia de acontecimentos todavia inacabada que principia em Philadelphia em 1776, continua em Buenos Ayres em 1810, sobe ao Equador nos annos immediatos, reaparece hoje em hum dos confins do Brasil, para concluir amanhã no Rio de Janeiro, a revolução que há começado no Rio Grande he o corolario inevitavel da revolução de hum mundo"²⁰.

No ano seguinte, se persistia a identidade com os ideais americanos de Maio, mudavam substancialmente os aliados: Rosas e Oribe perdiam o lugar preferencial nas relações externas dos farroupilhas para Rivera – que ocupava a presidência do Estado Oriental no lugar do último – e para os dissidentes do poderoso governador de Buenos Aires nas províncias do *litoral* argentino. Tratando sobre a "Questão Argentina", manifestava-se assim o articulista de "O Povo" de 8 de janeiro de 1840:

"Para nós outros he hum feito: os Republicanos Rio-Grandenses necessitaó actualmente dos Republicanos Argentinos, e delles teraó maior necessidade para o fucturo.

A natureza que collocó as Republicas sobre a mesma linha, e a grande revolução de Maio que fraternizou seos sentimentos impoem estas necessidades. A Republica Argentina está destinada a por sua posição soccial a marchar á frente da Revolução Americana. (...)

*(...) N'este sentido, os revolucionarios deveraó (segundo nosso juizo te-lo já feito) dirigir-se ao Governo de Corrientes, e a General Lavalle, que podem conciderar-se actualmente como os verdadeiros Representantes da opiniaó Argentina. (...)"*²¹

Numa das últimas edições do periódico, o redator escrevia sobre "A Agonia do Império", associando seu início ao fim da Guerra da Cisplatina. Uma vez mais, evocava-se a identidade com uma afirmação do federalismo platino em contrapartida aos anseios centralizadores da corte brasileira. O corolário da derrota no Passo do Rosário – diga-se de passagem, episódio de triste memória para os rio-grandenses – seria a rebelião de todas as províncias contra o Império:

"O Imperio se retirou entaó para dentro dos seos limites, abandonando toda a ideia de conquista; porem a jornada de Ituzaingo naó foi somente huma barreira levantada para conter as invasões do Imperio, se naó taó bem huma profunda, e insolúvel, ferida aberta em seo coração, e huma lição eloquente para os outro povos, que podia ser vencido.

Em 20 de fevereiro começou a extensa cadeia de revezes que ha de acompanhar bem prompto o Imperio ao tumulo.

*D'esta epoca mui poucos annos passaraó, e as revoluções rebentaraó por todas as partes. O Pará, Ceará, Rio-Grande, Bahia, Maranhão, e Santa Catharina como outros tantos volcoens arrojavaó fogo, e fizeraó bambaleiar o Throno Bragantino. (...) O Rio-Grande a quem coube a gloria de iniciar a revolução Brasileira, e de continuar a derrota do inimigo das liberdades comuns, começada em Ituzaingo, o Rio-Grande dará a maó a seos companheiros de armas, a quem hum incidente de guerra colocou por agora fora de combate, e que prompto voltaraó a occupar seo posto na luta começada. (...)"*²²

Neste artigo temos os limites da noção de federalismo que redator de "O Povo" divulgou: era desejável porque estava de acordo com a Revolução Americana de Maio de 1810, por essa razão era apoiada pelos vizinhos platinos e, em breve, seria o resultado inevitável das lutas que as demais províncias moviam contra a corte de São Cristóvão. Nada de mais substantivo aparecia sobre a natureza específica deste federalismo, nem de que forma ele poderia ser pensado como um princípio organizador das nações.

Federalismo: "O Americano" e as Idéias Liberais

Depois de um hiato de mais de dois anos, em setembro de 1842 reaparecia a imprensa republicana em Alegrete com "O Americano", um jornal também preocupado com a divulgação de princípios políticos liberais. Já no clima da Assembléia Constituinte, que definiria os destinos da República Rio-Grandense, Domingos José de Almeida, o mais erudito dos representantes da "maioria", procurava disseminar as idéias que julgava pertinentes à organização do Estado.

Assim, foi divulgada uma série de artigos longos, publicados por partes: "A Soberania do Povo"²³ e "Do Poder Representativo"²⁴, de Benjamin Constant, e "Do Modo de Formar-se a Representação Nacional"²⁵, textos de Ramon Salas e Benjamin Constant. Neles, as discussões estão mais centradas nas formas de escolha dos representantes, na preservação dos direitos individuais e no risco de despotismo inerente aos regimes monárquicos. No último de Benjamin Constant, publicado em 16 de novembro de 1842, há um comentário do autor sobre as vantagens de uma representação de tipo federativo:

"As assembleias, por mui seccionarias que possa ser sua composição, teem huma grande inclinação a contrair hum espirito de corporação, que ás separa dos interesses da nação. Posta na capital, longe da porção de povo que as nomeou, os representantes perdem de vistas os costumes, as necessidades e o modo de viver do departamento que representa; e chegado com o tempo a esquecer-se destas causas: que será se esses orgãos das necessidades publicas não têm huma responsabilidade local de opiniaó, se sáem da esfera dos sufragios dos seus concidadáos (...)

Hum povo de cem mil homens poderá investir a hum senado do direito de nomear seus Deputados. Também poderião faze-los as Republicas federativas; e sua administração interior ao menos não correria riscos, porém em todo governo que propende á unidade, o privar as fracções do Estado de interpretes nomeados por ellas, he crear corporações para que deliberem vagamente e seus objectos detterminados e para que sendo indifferentes aos interesses particulares, não possaó dedicar-se, nem prover com acerto o interesse geral (...)"²⁶

A analogia entre o exemplo dado pelo autor e a situação da província em relação à distante corte de São Cristóvão é bem clara: uma representação parlamentar afastada das reivindicações locais, facilmente, seria dominada pelos interesses "corporativos" das elites do centro do país, fato que seria atenuado numa organização política de tipo federativo. Na edição de 23 de novembro de 1842, Domingos José de Almeida publicou "Algumas Noções sobre a Constituição do Estado de Massachussets", salientando que, apesar de "redigida em 1780", mostrava-se bastante atualizada em relação aos anseios de maior representação, que desejavam os rio-grandenses:

"A Camara de Representantes, composta de hum Deputado por cada cidade ou povoação de mais de cem habitantes.

A Camara do Senado, composta de 31 membros, he eleita pelos habitantes livres maiores de 21 annos, pagando impostos e possuindo huma certa propriedade. O Estado está dividido em districtos, que devem nomear mais ou menos Senadores, segundo a proporção de contribuição geral que elles pagáo (...)"²⁷

Os exemplos teóricos e práticos afirmavam as vantagens de uma organização federal, mas não havia aprofundamentos na discussão da natureza do federalismo, não se ampliando a noção de mera autonomia provincial. A bandeira do federalismo, por mais vaga que fosse sua idéia, era propagada como um anseio de todos os "povos livres", subjugados pela máquina militar do Império do Brasil.

23

Museu e Archivo..., op. cit., vol. 2, O Americano n.º 3, n.º 4, n.º 5 e n.º 6, p.201-216.

24

Idem, p.217-228 (O Americano n.º 7, n.º 8 e n.º 9).

25

Idem, p.237-256 (O Americano n.º 12, n.º 13, n.º 14, n.º 15 e n.º 16).

26

Idem., p.253 (O Americano n.º 16).

27

Idem, p.261 (O Americano n.º 18).

A exemplo de "O Povo", o jornal alegretense repercutia as dificuldades que o Império passava para controlar as demais rebeliões provinciais, fazendo destas revoltas a ressurreição dos ideais americanos que haviam sido conspurcados pelo centralismo da corte do Rio de Janeiro. Um exemplo é a matéria publicada em 15 de setembro de 1842:

"No momento em que os satellites da escravidão fazem alarde de suas forças físicas, são batidas pelos valentes Mineiros, destroçadas ou vencidas para confissão de seu imperio, e solemne desmentido de suas partes officiaes; quando estes satélites tem o arrojo de afirmar que o governo do Sr. D. Pedro 2º. se acha fortificado pelo apoio da opiniaó publica, os valorosos Paulistas se erguem contra esse governo bárbaro e oppressor, e disputaó victoriosamente o nenhum direito que tem para governa-los: os Mineiros sustentaó os mesmos principios, e estes dois grandes povos que encerrão os homens mais sabios, os cidadaós mais virtuosos do Brasil, e onde a massa da populaçáo he mais civilisada e illustrada que a de todas as mais provincias, apresentaó a ellas lições do verdadeiro patriotismo, lutando com vantagem, como seus irmãos Rio Grandenses, contra a causa do feroz despotismo entronizado na capital do Rio de Janeiro (...)"²⁸

28

Idem, p.219 (O Americano n.º 7).

A observação sobre a "ilustração" de mineiros e paulistas – talvez um auto-elogio do redator – era uma resposta a eventuais insinuações de que os rio-grandenses tivessem sofrido uma contaminação dos "bárbaros" de fala espanhola. "O Americano" propalava a causa da República Rio-Grandense como comum àquelas das demais províncias, e fazia da generalização das rebeliões uma fatalidade que conduziria à queda do Império.

Ao mesmo tempo em que duvidava das notícias oficiais da corte, valorizava as informações, por mais vagas que fossem, que contradissem aquelas versões; exemplo disso, era *"huma carta escrita do Rio de Janeiro a hum amigo nosso"*, publicada em 9 de novembro de 1842:

"O brado do patriotismo foi seguido e ouvido na Provincia de Minas, e a Cidade de Barbacena foi a primeira que teve a honra de imitar o civismo dos Paulistas. Em breve os Mineiros com que á porfia corrêraó para de huma vez esmagar para sempre os ferros da escravidão, e a lava revolucionaria vae penetrando por todas as povoações daquela extensa Provincia."²⁹

29

Idem, p.248 (O Americano n.º 14).

Com o fracasso dessas revoltas, "O Americano" passou a publicar protestos que chegavam das demais províncias, como aqueles do padre Antônio Diogo Feijó, derrotado em São Paulo, e que fora um acérrimo adversário dos farroupilhas quando ocupara a Regência.³⁰

30

Idem, p.252 e p.256 (O Americano n.º 15 e n.º 16).

Sem maiores possibilidades de apoio em outras unidades brasileiras, mais uma vez, o Prata aparecia como o guardião último da autonomia rio-grandense, especialmente no momento em que o Barão de Caxias apertava o cerco contra os rebeldes. As muitas relações estabelecidas entre os farroupilhas e Rivera renunciavam ações mais vigorosas do Império e da Confederação para resolverem definitivamente os problemas no Rio Grande e no Estado Oriental. Esta preocupação aparece novamente em *"huma carta escrita do Rio de Janeiro, em 2 de novembro, a hum amigo nosso"*, publicada em 10 de dezembro de 1842:

"Chega a loucura ao ponto de dizerem que dentro de hum anno o Estado Oriental hade ser Provincia Brasileira! Fortes loucos, com tudo Deos permitta que naó abraó os olhos, e que antes declarem essa guerra, que será o melhor meio dos Rio-Grandenses levarem avantes os seus intentos, por que estou certo que os Orientaes, e todas as Republicas da Confederaçáo Argentina esqueceráo suas desavenças, e unidos daraó huma liçáo aos loucos, que ainda intentam subjugar homens livres."³¹

31

Idem, p.271 (O Americano n.º 20).

Apesar de já andarem avançadas as tratativas entre o governo brasileiro e Rosas, e ser iminente a invasão da Banda Oriental pelas tropas de Oribe, persistia a crença de que os anseios federalistas argentinos suplantariam eventuais rivalidades, compondo com rio-grandenses e orientais uma barreira contra o poder do Império.

Federalismo: "Estrella do Sul", a Derradeira Voz da República

O sucedâneo de "O Americano" foi o "Estrella do Sul", do qual foram editados apenas três números, nos dias 4, 8 e 15 de março de 1843. Já havia sérias dissidências entre os farroupilhas, e o grupo da "maioria", ao qual se filiava o diretor Domingos José de Almeida, perdia espaço para a "minorias", muito interessada numa pacificação com o Império e desiludida em relação ao apoio dos vizinhos do Prata.

Ainda assim, o jornal mantinha o propósito dos anteriores, associando a rebelião rio-grandense aos ideais libertários americanos, ao mesmo tempo em que apresentava o Império como uma salvaguarda do absolutismo dos tempos coloniais, que circunstancialmente obtinha vitórias contra as legítimas resistências das províncias. A República Rio-Grandense, derrotadas as demais revoltas, era a última resistência contra o "jugo intolerável", como escreveu o redator:

"(...) Infelizmente porém a revolução de 7 de Abril não produziu para o paiz as vantagens, que se esperavaó: a desmascarada ambição de mando encuberta com a mascara do patriotismo, e da hypocrisia conseguiu desvirtuar seus principios, e suffocou violentamente o espirito publico, mas não o destruiu (...) assim foi que as diversas Provincias do Imperio vendo illudidas suas esperanças, empunhará as armas para sacudir hum jugo intoleravel; e as commoçoens populares succederá humas ás outras; no Pará, Bahia, Maranhá, S. Catharina, S. Paulo, e Minas, o sangue Brasileiro tem corrido a jorros, mas sem fructo, porque vencidos os chefes das sublevaçoes, pagará o tributo da sua inexperiencia. Nós porem mais afortunados temos podido sustentar a nossa obra (...) Sim a liberdade desapareceu da terra de Santa Cruz; perseguida pela prepotencia do Gabinete de S. Christovão veio profuga, e desvalida implorar hum azilo em nosso paiz; á nos cumpre reivindicar seus foros, salvando do cativeiro á nossos irmãos oppressos, e subjugados pela mais feroz tirania. Construir hum formoso templo á justiça levantar os alicerces de huma republica federal, e bem constituida sobre as ruinas do throno imperial, hé o nosso dever (...)"³²

32

Idem, p.341-342 (Estrella do Sul n.º 2).

A república federalista aparecia na imprensa oficial da República Rio-Grandense como um desejo de todas as províncias brasileiras, e era uma condição para a reintegração dos rebeldes. Na última edição do "Estrella do Sul", o próprio Bento Gonçalves lançou uma "Proclamação" na qual reiterava estas idéias:

"A causa que defendemos, não hé so nossa, ella hé igualmente a Causa de todo o Brasil: se ainda arrastais ferros ignominiosos, foi por uma cadea de sucessos fortuitos, e circunstancias inesperadas, que concederá a vossos oppressores hum triunfo efemero (...) Huma republica federal baseada em solidos principios de justiça, e reciproca conveniencia uniria hoje todas as Provincias irmáas, tornando mais forte e respeitavel a Nação Brasileira (...)"

"Huma republica federal baseada em solidos principios de justiça, e reciproca conveniencia uniria hoje todas as Provincias irmãs, tornando mais forte e respeitavel a Nação Brasileira, e se a traição não violentasse o espirito publico, estabelecendo pelo artificio, e pela força os mesquinhos, e desastrosos principios da monarchia forte, este systema precario e funesto, que tanto sangue, e tantas lagrimas tem custado ao Brasil (...)"³³

33

Idem, p. 345 (Estrella do Sul n.º 3).

Era possível uma reunião às demais províncias brasileiras desde que se mantivessem as autonomias regionais, ou seja, nos limites de uma "liga" ou "confederação", sem a presença centralizadora da monarquia; era possível um Brasil como conjunto de unidades independentes, sem o domínio da corte do Rio de Janeiro.

Lenços colorados

Não há informações sobre as tiragens dos jornais republicanos, mas pode-se presumir que eram dirigidos a um público muito restrito; mesmo entre os membros da elite rio-grandense, não eram muitos os apreciadores das letras. O ideário liberal, republicano e federalista, defendido pelos impressos, não era, portanto, divulgado entre os soldados, recrutados entre os peões livres e os escravos. Assim, também consoante com os usos platinos, popularizou-se a identificação com a causa farroupilha pelo uso da cor vermelha, e o uso do lenço colorado foi a insígnia das tropas rebeldes.

A utilização do vermelho aparece nas guerras de independência do Rio da Prata como uma influência da Revolução Francesa. Preteritamente associado à nobreza, como atesta o verso "*l'étendart sanglant est élevé*" da Marselhesa, o vermelho foi incorporado como símbolo da liberdade nos barretes frígios dos revolucionários, e mais tarde no pendão nacional. No Prata, Sarmiento atribuiu a Artigas a adoção desta simbologia: "*Artigas agrega ao pavilhão argentino uma faixa diagonal colorada*"³⁴. Além de Artigas, o comandante das forças que em Salta resistiam ao avanço dos espanhóis, Martín de Güemes, também fez do seu poncho colorado o principal símbolo da luta pela independência. Dois chefes muito populares, Artigas e Güemes eram muito ciosos das autonomias regionais, e o colorado da liberdade tornou-se representação do federalismo.

Ao tempo da Guerra dos Farrapos, eram *federales* todos os governadores provinciais da Confederação Argentina, entre eles, o poderoso Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires e representante da Confederação para assuntos externos. Em guerra permanente com os *unitarios*³⁵, proscritos e exilados, tornou obrigatório o uso da cor vermelha para o partido *federal*, em oposição ao azul, adotado como cor pelos *unitarios*. O uso de uma faixa colorada no chapéu com os dizeres "*¡Viva la Federación! ¡Mueran los salvajes unitarios!*" era o recomendado, mas a plebe que compunha as milícias rosistas usavam lenços ou camisas vermelhas. Escreveu Sarmiento:

*"As cores argentinas são o azul e o branco: o céu transparente de um dia sereno e a luz nítida do disco do sol; a paz e a justiça para todos. (...) Sabeis o que é a cor colorada? (...) Não é o colorado o símbolo que expressa a violência, sangue e barbárie?"*³⁶

O autor associa a cor vermelha às hordas bárbaras da Ásia e da África, identificando com essas os caudilhos *federales* do Prata. "*(...) os exércitos de Rosas vestem-se de colorado; seu retrato se estampa em uma faixa colorada.*"³⁷ Vinte anos depois de Artigas e Güemes, por influência presumível de Facundo Quiroga, o *colorado* se tornara o principal símbolo da Confederação Argentina: "*Por último, [Rosas] consagra esta cor oficialmente e a impõe como uma medida do Estado.*"³⁸ A partir do libelo de Sarmiento, os intelectuais liberais argentinos passaram a ligar o colorado à barbárie, à violência e aos hábitos sanguinários dos caudilhos *federales*.

No Estado Oriental, o *Comandante General de la Campaña* Fructuoso Rivera iniciara em 1836 sua guerra contra o presidente uruguaio Manuel Oribe, que era aliado de Rosas. O início da campanha de Rivera marcou o aparecimento dos partidos tradicionais da Banda Oriental. Inspirado em Rosas - chamado de *Restaurador de las Leyes* - mas não querendo mostrar-se tão submisso a este, Oribe criou o Partido Nacional e tornou obrigatório o uso de divisas brancas com os dizeres "*Defensores de las Leyes*" ou "*Amigos del*

34

Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo. Civilização e Barbárie no Pampa Argentino*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

35

Os *federales* defendiam uma organização política que preservasse as autonomias provinciais, e os *unitarios* propunham uma forte centralização política, com um governo nacional em Buenos Aires sobreposto aos caudilhos provinciais.

36

Sarmiento, op. cit., pp. 142-144.

37

Idem, p. 143.

38

Idem, p. 145.

39

Juan E. Pivel Devoto e Alcira Ranieri de Pivel Devoto. *Historia de la Republica Oriental del Uruguay (1830-1930)*. Montevideo: Editor Raul Artagaveytia, 1945, p. 87.

40

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). *Anais*, v. 5, CV-2902.

41

Ibidem

42

Ibidem.

43

Carlos Urbim. *Os Farrapos*. Porto Alegre: Publicações Zero Hora, 2001, p. 82.

Orden". Em contrapartida, os seguidores de Rivera adotaram o azul celeste, cor dos seus aliados *unitarios*. Mas como o anil, a tintura azul em uso, descoloria muito rapidamente, tornando-se quase branco em pouco tempo, foi substituído pelo colorado, que daria nome ao partido³⁹. Assim, os *blancos* orientais eram aliados dos *federales* argentinos que usavam a cor *colorada*, e os *colorados* uruguaios eram associados aos *unitarios* que usavam o *celestel*!

Os farrapos já tinham entronizado uma faixa colorada na bandeira da República Rio-Grandense, separando os campos verde e amarelo da bandeira imperial, relacionada com uma filiação pretendida pelos rebeldes aos revolucionários de Maio de 1810, portadora portanto de um significado libertário e federalista; também não estaria fora de cogitação uma influência dos carbonários italianos, presentes no movimento farroupilha.

Além da bandeira, a República criou, por decreto de 12 de novembro de 1836, uma insígnia tricolor para ser usada nos chapéus ou nas roupas⁴⁰, seguindo uma lógica semelhante àquela que fora usada por Rosas e Oribe. Em 1839, devido à facilidade com que os adversários poderiam imiscuir-se no território controlado pelos republicanos "*mesclando-se (enquanto não são percebidos pelas nossas forças) com os habitantes do país que com dificuldade os podem extremar dos nossos guerreiros pela semelhança dos hábitos que trajam*", criando dificuldades para que "*a nossa polícia discernir de um golpe de vista o emissário explorador ou bombeiro inimigo de qualquer outro particular*", viram-se as autoridades farroupilhas imbuídas da tarefa de "*dar a todos os republicanos rio-grandenses uma divisa que os distinga daqueles facinorosos e outros seus companheiros de armas, e não havendo uma que melhor satisfaça o fim proposto (...) que o seu próprio laço nacional*"⁴¹. Assim, no dia 20 de fevereiro, Bento Gonçalves e José da Silva Brandão firmavam mais um decreto:

*"Art. 1º Todos os cidadãos e súditos da República, com exclusão dos escravos, serão obrigados a trazer em seus chapéus o laço da nação (consagrado pelo decreto de 12 de novembro de 1836) no prefixo prazo de 15 dias contados daquele da publicação deste decreto."*⁴²

Os outros doze artigos tratavam das punições àqueles que não portassem esses signos da República Rio-Grandense. De toda sorte - muito, talvez, pela dificuldade em confeccionar os referidos laços - predominou o uso da cor vermelha representando a República Rio-Grandense, e o lenço colorado teria sido uma divisa mais popular no exército republicano:

"De uso pessoal, o símbolo farrapo mais próximo de todos era o lenço no pescoço. Complemento da roupa em qualquer ocasião, o lenço passou a ser demonstração da identidade política. Antônio Augusto Fagundes, no texto O Lenço Farroupilha, diz que os rebeldes usavam um lenço vermelho de seda aberto, com duas pontas soltas às costas e atado de modo peculiar à frente, quase como uma cruz sobre o peito. Feito uma vez, o nó não era mais desmanchado.

*Há referências, nem todas confirmadas, sobre a existência de variações de cor e enfeites nos modelos de lenços, às vezes com listras azuis e brancas. Mas a marca clássica dos farrapos, símbolo da luta contra o Império brasileiro, era o lenço vermelho, com pontas nas costas e o nó no peito. O mesmo lenço vermelho tornou-se símbolo dos rebeldes de 1893 e de 1923. É uma constante no imaginário político gaúcho."*⁴³

A pacificação com o Império não interrompeu o uso desses símbolos identitários regionais; vale notar que na Guerra do Paraguai o regimento comandado pelo general Souza Netto conduzia a bandeira da República Rio-Grandense.

Conclusão

Tempos depois, em 28 de julho de 1844, Bento Gonçalves – já afastado da presidência da República Rio-Grandense – escrevia para David Canabarro sobre a missão de que fora encarregado junto a Caxias, quando havia proposto “àquele general na forma de minhas instruções a federação ao Brasil, agregando a ela os Estados de Montevideú, Corrientes e Entre Rios”⁴⁴. Se Rosas agora representava um perigo, porque, apesar da retórica federalista, intervinha pesadamente nas demais províncias confederadas, Bento recolocava a idéia de uma confederação noutra sentida, desde que não pairasse a presença de um poder fortemente centralizado.

Feita a paz com o Império, os “senhores guerreiros” seriam reincorporados às forças armadas brasileiras que interviriam no Prata contra Oribe e Rosas. As idéias de autonomia provincial e a identidade regional, no entanto, estavam muito longe de serem subjugadas, e os homens da fronteira seguiram, durante todo o século XIX, atuando de acordo com os seus interesses, confundidos com aqueles da província. Precariamente definido, o federalismo manter-se-ia como um dos mais caros ideais do movimento de independência, sinônimo das liberdades arrancadas ao Antigo Regime, herança da Revolução Norte-Americana e de Maio de 1810, da forma como foi apresentado pelos jornais republicanos. Também atravessaram o século os lenços colorados dos cavalarianos farrapos, retornando ao cenário nas guerras civis de 1893 e de 1923, associados ainda aos caudilhos da fronteira, herdeiros e descendentes daqueles que haviam se insubordinado em 1835.